

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 07.11.2019

1 Ao sétimo dia do mês de novembro de 2019, às 14h30m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ, deu início à 9ª Reunião da Câmara Técnica de
3 Instrumentos Legais e Gestão (CTIL-G) do biênio 2019-2020, na Secretaria Executiva do Comitê Guandu,
4 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Abertura e leitura da pauta; 2- Aprovação das minutas de**
5 **atas das reuniões de 04.07.2019 e 03.10.2019; 3- Minuta de Resolução que dispõe sobre a criação**
6 **e as diretrizes de funcionamento do Grupo de Trabalho de Juventude (GTJ); 4- Minuta de**
7 **Resolução que dispõe sobre a criação e as diretrizes de funcionamento do Grupo de Trabalho de**
8 **Prevenção e Combate a Queimadas (GTPCQ); 5- Apresentação das ações planejadas e executadas**
9 **pela CTIL-G em 2019; 6- Construção e aprovação do Plano de Trabalho 2020; 7- Assuntos Gerais.**
10 A subcoordenadora, Uiara Martins (CREA-RJ), deu início a reunião apresentando aos presentes o
11 Conselheiro Marco Antônio do CREA-RJ, que se encontrava presente a pedido do presidente Luiz
12 Consenza, logo em seguida pediu explicações à Secretaria Executiva a respeito do fato de que a CTIL-G
13 não foi previamente comunicada da presença do mesmo. Uiara Martins (CREA-RJ) solicitou a ata da
14 reunião da diretoria em que o convite foi feito à diretoria do CREA-RJ e questionou a Diretora Executiva
15 do Comitê Guandu-RJ, Andreia Loureiro (P.M. Queimados), se a mesma estava presente na reunião
16 citada, obtendo resposta negativa. Marco Antônio (CREA-RJ) explicou que estava presente desde a parte
17 da manhã, durante a reunião da CTEG e que a solicitação do seu comparecimento foi feita pelo presidente
18 do CREA, visto que o mesmo não poderia estar presente. Uiara Martins (CREA-RJ) disse que em reunião
19 com o diretor do CREA foi informada de que a presença do conselheiro Marco Antonio (CREA-RJ) foi
20 solicitada por dois diretores do Comitê Guandu-RJ, portanto reitera que quer a ata da reunião de diretoria
21 em que tal decisão foi tomada. Fatima Rocha (AGEVAP) explicou que talvez o presidente do CREA tenha
22 tido interesse em enviar o conselheiro apenas para aproximar a instituição do Comitê. Uiara Martins
23 (CREA-RJ) negou esta possibilidade, pois a informação que tem é de que houve uma segunda reunião
24 no CREA-RJ com dois diretores do Guandu-RJ, no qual foi feito um convite à presidência do CREA-RJ
25 para participar da CTIL-G. A mesma explicou que entrará em contato com a presidência do CREA-RJ para
26 entender quem foram as pessoas que fizeram esta solicitação, visto que Andreia Loureiro (P.M.
27 Queimados) e Nelson Reis (APEDEMA-RJ), presentes na reunião negaram que sabiam desta visita ou
28 que soubessem quem fez a solicitação. Wladimir Loureiro (FAM-RIO) deu as boas-vindas ao conselheiro
29 e explicou aos presentes que todos têm direito de fala, mas apenas os membros tem direito a voto e logo
30 em seguida apresentou aos membros a pauta proposta perguntando a todos se eles concordavam. O
31 sexto item de pauta “construção e aprovação do Plano de Trabalho 2020” foi modificado a pedido da
32 subcoordenadora Uiara Martins (CREA-RJ) retirando a palavra “aprovação”, de modo a ganhar mais
33 tempo para a construção de um plano de trabalho mais elaborado com um pouco mais de tempo. **2-**
34 **Aprovação das minutas de atas das reuniões de 04.07.2019 e 03.10.2019;** A subcoordenadora Uiara
35 Martins (CREA-RJ) explicou que ainda não conseguiu pegar a gravação da reunião do dia 04.07.2019, já
36 disponibilizada pela Secretaria Executiva, pois teve problemas com seu pen-drive. Portanto, a aprovação
37 da ata do dia 04.07.2019 foi adiada pelo coordenador Wladimir Loureiro (FAM-Rio) e a do dia 03.10.2019
38 foi aprovada por todos sem modificações. **3- Minuta de Resolução que dispõe sobre a criação e as**
39 **diretrizes de funcionamento do Grupo de Trabalho de Juventude (GTJ);** Caroline Lopes (AGEVAP)
40 foi solicitada para contextualizar a criação desta minuta. A mesma explicou que a ideia surgiu a cerca de
41 três anos atrás a partir de uma conversa com o então diretor geral Júlio Cesar Antunes (CEDAE) e no
42 início deste ano, a partir da entrada do atual estagiário de recursos hídricos, Erleyvaldo Bispo (AGEVAP),
43 que demonstrou interesse na criação da minuta, a discussão foi retomada. Erleyvaldo Bispo (AGEVAP)

44 discursou a respeito da democratização do acesso às informações a respeito da água. Marcelo Danilo
45 (ANAGEA-RJ) agradeceu ao estagiário pelo seu carinho em relação ao Comitê e explicou que teve
46 atenção para estudar o assunto e trazer questões importantes de modo a construir uma minuta que seja
47 mais bem elaborada. Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) explicou que quando a solicitação para construir a
48 minuta surgiu, convidou os demais estagiários para ajudá-lo na escrita. Caroline Lopes (AGEVAP)
49 esclareceu que o formato de resolução é justamente para que exista um respaldo jurídico para abarcar
50 esta juventude. Daiana Gelelete (AGEVAP) afirmou que todas as discussões levantadas por Marcelo
51 Danilo (ANAGEA-RJ) foram levadas em consideração e as mudanças foram feitas sempre que necessário.
52 Uiana Martins (CREA-RJ) sugeriu que a minuta original e a minuta com sugestões feitas por Marcelo Danilo
53 (ANAGEA-RJ) fossem apresentadas juntas para que todos os presentes pudessem fazer as
54 considerações e chegassem em uma versão final. Caroline Lopes (AGEVAP) deu início a leitura da minuta
55 e das considerações feitas pelos membros. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) elogiou a criação desta
56 resolução, pois nunca viu nada parecido em todo o país. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) defendeu que o
57 GTJ fosse composto apenas com pessoas acima de dezoito anos de idade, por uma questão de
58 responsabilidade do Comitê e Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) defendeu que é necessário manter aberto para
59 jovens a partir de 15 anos de idade, do contrário apenas alunos universitários poderão participar e o
60 objetivo também é tentar alcançar os alunos de ensino médio. Uiana Martins (CREA-RJ) sugeriu que a
61 minuta tem que ser trabalhada para abraçar todas as faixas etárias e definir o que cada uma delas se
62 responsabilizará. Gisele Dornelles (P.M. Nova Iguaçu) falou sobre a participação de jovens na
63 universidade e explicou que os pais e os alunos recebem todas as informações necessárias para a
64 segurança do adolescente e afirmou que acha ruim fechar a idade mínima em 18 anos, sugerindo que
65 fosse feita uma consulta ao jurídico para verificar o que pode ser feito para assegurar a participação desses
66 jovens. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) discursou fazendo a defesa da participação dos jovens a partir de 15
67 anos. **Encaminhamento: Pedir os formulários para a professora Gisele, que falam a respeito da**
68 **participação dos jovens em universidade, para ser usado como base para o Comitê.**
69 **Encaminhamento: Solicitar ao jurídico do Comitê Guandu-RJ parecer para respaldar a minuta de**
70 **resolução do GTJ no que diz respeito à idade.** Gisele Dornelles (P.M. Nova Iguaçu) demonstrou
71 preocupação com a participação do jovem levando em consideração que existem reuniões em que o clima
72 fica difícil e que esses jovens podem se posicionar enfaticamente e que os membros podem não receber
73 de forma pacífica sua manifestação. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que a análise a respeito da idade
74 mínima fosse discutida posteriormente, de modo a dar prosseguimento na leitura e considerações da
75 minuta. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) explicou que a legislação brasileira define criança até os 12 anos e
76 que a partir de tal idade já não é necessária a presença dos pais em algumas instâncias. Nelson Reis
77 (APEDEMA-RJ) defendeu que talvez fosse mais interessante começar aceitando jovens acima de 18 anos
78 e que futuramente isso fosse amadurecido e mudado. Mayná Coutinho (CEDAE) pediu que fosse
79 continuado o trabalho com idade de 18 a 29 e futuramente fosse mudado, após consulta com o jurídico a
80 respeito da segurança desses jovens. Gisele Dornelles (P.M. Nova Iguaçu) citou a Greta Thunberg como
81 uma jovem menor de 18 anos e que está militando pelo planeta na ONU, se fazendo necessário que o
82 Comitê seguisse nesse sentido e não vetasse a entrada desses jovens menores de idade. Uiana Martins
83 (CREA-RJ) defendeu que a minuta englobe de 15 a 29 anos e que o jurídico do Comitê Guandu poderia
84 dar o apoio necessário para que acontecesse. Hendrik Mansur (TNC) levantou a discussão a respeito de
85 que instância estará oficialmente criando o GT, de modo a definir a quem o grupo irá se reportar. Uiana
86 Martins (CREA-RJ) perguntou aos presentes se alguém é contra a proposta de colocar que o próprio

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 07.11.2019

87 Comitê seja citado como criador do grupo, no local da diretoria. Não houve oposição. Erleyvaldo Bispo
88 (AGEVAP) deu continuidade à leitura da minuta. Hendrik Mansur (TNC) questionou se o grupo terá
89 paridade entre os segmentos. Caroline Lopes (AGEVAP) explicou que o GTJ tem como objetivo quebrar
90 a barreira institucional que dificulta a entrada do jovem no Comitê e, portanto, não teria necessariamente
91 representação de um dos segmentos. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) explicou que seria interessante
92 pensar na paridade entre os municípios, de modo a criar um grupo que tenha representação em todo o
93 território. Gisele Dornelles (P.M. Nova Iguaçu) explicou que não entendeu quais são os critérios que serão
94 usados para definir o que é ser engajado e que ela defende que isso seja pensado de alguma maneira
95 diferente, pois tem pessoas com pouco acesso a informação e que poderiam estar aqui aprendendo e
96 sendo replicadores de conhecimento em suas comunidades. Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) e Caroline
97 Lopes (AGEVAP) explicaram que o engajamento é uma percepção de que as pessoas que vão participar
98 precisam estar minimamente interessadas no tema. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) explicou que o
99 parágrafo 7º elenca quais critérios para definir quem serão os jovens que participarão. Caroline Lopes
100 (AGEVAP) afirmou achar interessante a inclusão da paridade regional entre os municípios da RH-II, de
101 modo a criar mais diversidade no grupo. Hendrik Mansur (TNC) defendeu que os jovens tenham que ser
102 vinculados a uma instituição para proporcionar mais segurança jurídica e transferir a responsabilidade
103 para a instituição. Gisele Dornelles (P.M. Nova Iguaçu) defendeu que, mesmo que existam vagas para
104 jovens sem instituição e para jovens com instituição, e que aqueles inscritos que não tivessem
105 representando alguma instância, deveria ser feito um trabalho para que esse jovem entenda que ele está
106 representando seu bairro, município, escola etc. De modo que todos entendam que o Comitê é trabalho e
107 não apenas passeio. Caroline Lopes (AGEVAP) explicou que o critério de instituição existe, mas não é
108 eliminatório, apenas classificatório. Wladimir Loureiro (FAM-RIO) explicou que é necessário manter aberta
109 a possibilidade para que pessoas sem instituição possam participar pois esse será o primeiro contato
110 desses jovens. Carlos Eduardo (FONASC.CBH) perguntou se havia sido pensado algo para apoiar os
111 jovens que não terão ajuda de custo de alguma instituição, para que o mesmo consiga chegar até as
112 reuniões do grupo e Wladimir Loureiro (FAM-RIO) explicou que isso é fácil de ser resolvido, incluindo
113 esses jovens na resolução de ajuda de custo, por exemplo. Marco Antônio (CREA-RJ) explicou que não
114 consegue enxergar alguém que não represente uma instituição e que necessariamente precisa ter um
115 órgão por trás para sustentar essa pessoa, que não pode vir com a ideia dela mesma. Uíara Martins
116 (CREA-RJ) defendeu que o Comitê não deveria barrar a entrada de uma pessoa que quer participar pelo
117 fato dela não representar uma instituição. Bruno Cardoso (AGEVAP) se posicionou afirmando que, ao não
118 permitir que jovens que não representam uma entidade participem, o Comitê estará tomando uma posição
119 de que nós, enquanto indivíduos, não somos capazes de pensar coletivamente e precisamos de uma
120 instituição para validar aquilo que acreditamos. Hendrik Mansur (TNC) explicou que o GTJ é uma instância
121 que será criada para pensar a participação jovem no Comitê, que deverá sim ser mais ampla nas diversas
122 faixas etárias, mas que para esse momento é necessário criar um grupo que seja mais bem estruturado.
123 Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) deu exemplos pessoais em que foi barrado em fóruns de discussão por não
124 estar representando nenhuma instituição, sendo que ele tinha domínio do que estava sendo discutido e
125 gostaria que o mesmo não acontecesse com o GTJ. Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que o GTJ terá
126 como objetivo pensar o aumento da participação jovem no Comitê, mas já é também o primeiro espaço
127 jovem dentro do mesmo. Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) explicou que, por mais que jovens bem engajados
128 e interessados sejam vistos como ponto fora da curva, abrir a participação para que todos possam se
129 inscrever, independentemente de estar ou não vinculado à uma instituição, é abrir as oportunidades para

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 07.11.2019

130 que o Comitê seja o primeiro passo dessas pessoas, que muitas vezes não encontram as portas abertas
131 para participar. Gisele Dornelles (P.M. Nova Iguaçu) disse que está enxergando esses jovens que
132 participarão do GTJ como multiplicadores de conteúdo em seus territórios. Uiara Martins (CREA-RJ)
133 explicou que esse grupo de trabalho precisa ser capaz de criar vínculos do jovem com o Comitê e com
134 sua própria comunidade e entorno. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) afirmou a importância do GTJ ao
135 apontar o grande número de participação jovem em ações para o meio ambiente, como limpeza de praias
136 e mutirões, por exemplo. Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) retomou a leitura da minuta, chegando ao parágrafo
137 sete, que versa sobre os critérios de avaliação do jovem que pretende pleitear uma vaga no GTJ. Mayná
138 Coutinho (CEDAE) propôs que fosse tirado a parte que torna indeferida a participação dos representantes
139 que já são atuantes no comitê, pois estes membros tem muito a ajudar na construção do trabalho.
140 Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) explicou que a intenção é buscar jovens que não tenham tanta experiência
141 para participar. Caroline Lopes (AGEVAP) e Daiana Gelelete (AGEVAP) explicaram que esse critério foi
142 pensando a partir de uma preocupação de que todas as vagas fossem preenchidas por representantes
143 que já fazem parte do Comitê Guandu-RJ, pois o GTJ tem também como objetivo trazer pessoas com
144 vivências menos atravessadas pelo Comitê, pessoas que possam renovar as ideias e possibilidades.
145 Mayná Coutinho (CEDAE) defendeu que as duas visões sejam mantidas, abrindo vagas tanto para
146 pessoas que já são membras do Comitê, quanto para pessoas de fora. Rinaldo José (LIGHT Energia)
147 sugeriu que fossem criados eventos para jovens no Comitê, antes de institucionalizar o grupo, de forma
148 que se faça uma experiência e possamos saber qual o retorno terá. Sendo esse grupo um primeiro
149 ambiente para que o jovem participe e aprenda com o Comitê, para posteriormente criar um grupo como
150 o que está sendo sugerido pela minuta. Mas na possibilidade de criar o GTJ agora, é necessário que
151 exista a possibilidade de participação dos jovens que já são membros do Comitê. Caroline Lopes
152 (AGEVAP) explicou que esse espaço também é um primeiro passo para incentivar esses jovens a
153 participarem cada vez mais e quem sabe se tornar membro do Comitê futuramente. Hendrik Mansur (TNC)
154 discursou que o maior ganho do GTJ é unir jovens para pensar como mobilizar jovens, pois esse número
155 de membros é pequeno dentro de uma bacia hidrográfica inteira. Wladimir Loureiro (FAM-RIO) explicou
156 que havia entendido que as instituições membras teriam preferência na indicação de seus colaboradores
157 jovens para a participação do GTJ e que no caso de existir vacância, pessoas externas ao Comitê iriam
158 ocupa-las. Hendrik Mansur (TNC) propôs que três vagas fossem destinadas aos jovens que já são
159 membros do Comitê, contemplando a ideia original de trazer pessoas novas e a proposta apresentada de
160 ter membros já experientes no sistema participando do grupo. Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) deu
161 continuidade à leitura da minuta. Foram feitas sugestões de mudanças nos critérios de classificação. Uiara
162 Martins (CREA-RJ) questionou o tempo de 24 meses de duração do GTJ, entendendo que um prazo mais
163 curto, de no máximo 3 meses, seria melhor para manter os jovens engajados e apresentar um resultado
164 mais cedo. Rinaldo José (LIGHT Energia) sugeriu 12 meses para pegar o final do biênio e apresentar os
165 resultados para a nova composição. Hendrik Mansur (TNC) lembrou que o GTJ está sendo criado com
166 jovens externos ao Comitê, que precisarão de capacitação e que terão que produzir um plano e
167 acompanhar a aplicação, sendo necessário a garantia dos 24 meses. Uiara Martins (CREA-RJ) defendeu
168 que os jovens são dinâmicos e precisam de resultado rápido. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que fosse
169 colocado um parágrafo para que em caso de desistência o jovem poderá ser substituído e que esse grupo
170 precisa ser fortalecido e ter tempo para a construção do trabalho. Argumentou ainda que o plano de bacia
171 considerou quatro anos como um tempo curtíssimo e que a elaboração do plano do GTJ precisa ter pelo
172 menos um ano e os demais meses para aplicação e acompanhamento do planejado. Uiara Martins (CREA-

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E GESTÃO – CTIL-G – 07.11.2019

173 RJ) defendeu a possibilidade de que a capacitação seja feita a distância e online, talvez até com os cursos
174 oferecidos pela Agência Nacional de Águas, de modo a acelerar essa etapa do processo e poder diminuir
175 o tempo necessário para o GTJ alcançar seus objetivos. Hendrik Mansur (TNC) esclareceu que nos 24
176 meses de duração prevista do grupo, os membros deverão pensar, aprovar e acompanhar a execução do
177 plano de trabalho e que 3 meses é um tempo inviável para tal. Mayná Coutinho (CEDAE) foi contra a ideia
178 de capacitar os jovens do GTJ através de cursos a distância, pois considera que será insuficiente.
179 Erleyvaldo Bispo (AGEVAP) deu prosseguimento a leitura da minuta. Wladimir Loureiro (FAM-RIO) sugeriu
180 que fosse incluído na minuta dois parágrafos que incluiriam os membros do GTJ no benefício de ajuda de
181 custo e também regularia as faltas dos mesmos de acordo com o Regimento Interno. Wladimir Loureiro
182 (FAM-RIO) e Uiara Martins (CREA-RJ) sugeriram que fosse realizada uma reunião extraordinária da CTIL-
183 G em 19 de novembro, sendo aprovado pelos membros presentes e dando a reunião por encerrada às
184 17h30min. Eu, Bruno Cardoso, tomei a termo esta ata que segue assinada por:

185
186
187
188

Wladimir Loureiro (FAM-RIO)
Coordenador da CTIL-G

Uiara Martins (CREA-RJ)
Sub-coordenadora da CTIL-G

189
190
191
192
193
194
195
196
197

Membros Presentes:

Usuários: Rinaldo José (LIGHT Energia); Mayná Coutinho Morais (CEDAE), Lia Gould (Ternium Brasil).
Sociedade Civil: Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA), Carlos Eduardo (FONASC.CBH),
Wladimir Loureiro (FAM-RIO) **Órgãos de Governo:** Paulo Garcia da Silva (P.M. Japeri), Gisele Dornelles
Pires (P.M. Nova Iguaçu), Uiara Martins (CREA-RJ), Andreia Loureiro (P.M. Queimados) **Membros**
Ausentes: Janaína Vettorazzi (CK Paracambi), Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) **Convidados:**
Hendrik Mansur (TNC), Sandro Borges (SEMADETUR), Pedro Henrique (SEMADETUR), Marco Antônio
(CREA-RJ), Maria Alcântara, Nelson Reis (APEDEMA-RJ) e Jeandra Lima (FAM-RIO).